

ANO XXIV N. 74 6/5/2026

## TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

### [Ato CGJT n. 5, de 4 de maio de 2026](#)

Cancelamento da realização das correições ordinárias nos Tribunais Regionais do Trabalho da 3ª e 15ª Regiões, previamente designadas para os períodos de 11 a 15 de maio e de 8 a 12 de junho de 2026.

(DEJT/TST Cad. Adm. 5/5/2026, p. 1-2)

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

### [Portaria Normativa MF n. 1.243, de 5 de maio de 2026](#)

Regulamenta a Medida Provisória nº 1.355, de 4 de maio de 2026, que institui o Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro das Famílias - Novo Desenrola Brasil, para estabelecer condições adicionais às modalidades de crédito pessoal elegíveis, critérios para participação de credores, condições para utilização dos recursos de saque extraordinário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, critérios para operações de crédito reestruturadas, normas operacionais relativas à transferência de recursos ao Fundo Garantidor de Operações - FGO, e regras para alocação no Programa dos recursos do FGO.

(DOU 5/5/2026, Seção 1, Edição Extra A, p. 1)

### [Decreto n. 12.956, de 5 de maio de 2026](#)

Altera o Decreto nº 12.381, de 11 de fevereiro de 2025, para prorrogar os prazos e autorizar medidas adicionais de regularização de operações de crédito rural abrangidas pelo Programa de Regularização de Dívidas e Facilitação de Acesso ao Crédito Rural da Agricultura Familiar – Desenrola Rural, e o Decreto nº 8.179, de 27 de dezembro de 2013, que concede remissão nos casos em que especifica, e autoriza a contratação de novas operações de crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

(DOU 5/5/2026, Seção 1, Edição Extra B, p. 1)

[Lei n. 15.400, de 5 de maio de 2026](#)

Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre a residência médica, a fim de permitir o fracionamento do repouso anual para o médico residente e para outros residentes na área de saúde, nos termos especificados em regulamento.

(DOU 6/5/2026, Seção 1,p. 2)

[Emenda constitucional n. 139](#)

Altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.

(DOU 6/5/2026, Seção 1,p. 2)